

ANTES DA PAUTA:

LINHAS PARA PENSAR O ENSINO DO JORNALISMO NO SÉCULO XXI

Enio Moraes Júnior

Luciano Victor Barros Maluly

Dennis de Oliveira

(Organizadores)

ECA-USP

São Paulo/2013

A formação necessária do jornalista

Dennis de Oliveira
Luciano Victor Barros Maluly

No Brasil, a queda da obrigatoriedade do diploma específico para o exercício da profissão de jornalismo imposta por decisão do Supremo Tribunal Federal em 2009 foi mais um evento entre tantos que permeiam a discussão sobre a formação necessária para o jornalista. Permanece uma percepção de que a atividade é meramente técnica, aplicada às ciências sociais ou mesmo como especificidade dentro de um campo de estudos maior chamado “comunicação”. Assim, o debate sobre a natureza do jornalismo cresce à medida que a profissão sofre impactos profundos tanto em função de deslocamentos do seu papel social, bem como das mudanças do ponto de vista tecnológico.

Fala-se em uma *crise do jornalismo*, ideia reforçada por dados de recentes pesquisas que mostram:

- a) queda de tiragem em torno de 45 a 50% da tiragem dos principais jornais impressos do Brasil, entre eles, a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Correio Brasiliense* nos últimos dez anos segundo dados da ANJ (Associação Nacional dos Jornais) de 2010;
- b) perda da credibilidade do jornalismo na nação que se orgulha de ter sido a primeira a garantir a “liberdade de expressão” em seu texto constitucional, os Estados Unidos. Segundo pesquisa realizada pela Escola de Governo JFK da Universidade de Harvard, em 2007, a imprensa era a última colocada no quesito credibilidade entre 15 instituições estadunidenses, perdendo até mesmo para o Poder Executivo naquele momento comandado pelo desgastado presidente George W. Bush;
- c) esta perda de credibilidade acontece também no Brasil segundo pesquisa DataFolha de dezembro de 2012 onde se constatou que o percentual de pessoas que “confiam muito na imprensa” é de apenas 22%, enquanto os que não confiam é de 28%.

A chamada *crise do jornalismo* acontece em um momento de esgarçamento de pilares da sociedade liberal. Depois da queda dos regimes do Leste Europeu, simbolizada pela queda do muro de Berlim em 1988, o modelo capitalista liberal de

sociedade foi imposto como único, gerando um processo civilizatório com base no tripé economia de mercado, democracia representativa e neoliberalismo. Entretanto, passado pouco tempo, este mesmo modelo não conseguiu dar respostas satisfatórias a dilemas contemporâneos da humanidade como o problema ambiental, a concentração de riquezas e a miserabilidade crescente. Por isto, este momento é o que o sociólogo Zygmunt Bauman (2009) chama de *interregno*, isto é, um momento em que as bases de uma sociedade vigente demonstram fissuras e falhas, porém sem que haja um modelo alternativo pronto a substituí-lo. Por esta razão, Bauman considera que a utopia contemporânea está mais próxima de uma postura *iconoclasta* que de uma militância de projetos.

O jornalismo é uma atividade do processo de construção da era moderna (MARCONDES FILHO: 1999). O princípio da *destruição criadora* presente na aventura da modernidade sintetiza-se na dinâmica e na ritmicidade do jornalismo, de estar sempre antenado com o movimento do mundo.

Há uma singularidade própria da forma de apreensão da realidade por parte do jornalismo, a ritmicidade da atividade, que o coloca como uma forma de apropriação da realidade a partir das singularidades dos fatos cotidianos, dos tijolos colocados para a construção do novo (GENRO FILHO: 1987).

Diante disso, o jornalismo se coloca em uma dimensão singular dentro do rol das atividades profissionais. Há um aspecto conjuntural de crise de uma modalidade de sociedade na qual o jornalismo é produto direto e, durante muito tempo, foi o seu sustentáculo; daí que o interregno que passamos atinge em cheio esta área. As respostas a esta crise tendem a ir para um campo reducionista, ora restringindo o jornalismo a uma mera técnica, ora defendendo a especialização total, ora decretando a sua morte ou ainda dissolvendo-o dentro de um caldo impreciso chamado ciências da comunicação.

A própria defesa da exigência do diploma de jornalismo se esvai, muitas vezes, em um discurso meramente corporativista ou ainda restrito à preocupação de defesa da regulamentação da profissão. Não sai da esfera da reivindicação sindical. Apesar da compreensão destes motivos, este artigo apresenta alguns aspectos relativos à natureza e às perspectivas do jornalismo para contribuir para o debate de qual é a formação necessária para o profissional que irá atuar nesta área. Mais que apresentar respostas a esta indagação, o objetivo é levantar alguns campos argumentativos que merecem uma reflexão ainda maior nos diversos espaços do saber.

Natureza do jornalismo

O jornalismo atual tangencia alguns elementos como a interatividade, a diversidade, a pluralidade e a reverberação. A primeira corresponde aos valores determinados pelo contato, a segunda pela vivência, a terceira pela multiplicidade e a quarta por refletir a verdade. Ambas são intrínsecas à notícia como oposição às políticas editoriais que exaltam o privilégio, o conservadorismo, o singular e a indiferença.

A formação do jornalista passa por alguns princípios que estão ocultos nas escolas e nas redações dos principais jornais. O principal deles é a reprodução do modelo tradicional exercido pelos monopólios das redes de rádio e televisão e de alguns conglomerados de periódicos impressos, agora estendidos ao universo online. O alicerce do falso discurso é a qualidade pelo profissionalismo, com a técnica sendo a base das escolas de comunicação. A receita de bolo construída por meio da adaptação da agenda é transmitida aos alunos (futuros jornalistas) que assim conseguem manter o domínio da grande imprensa por não conseguir furar (modificar) o padrão e também, por ser mão-de-obra barata, que é substituída periodicamente.

Sem perceber, vários professores de jornalismo reforçam o modelo vigente ao demonstrar como referência o contexto vivenciado pelos periódicos controlados por grupos estreitamente ligados ao poder político do país. Copiam e engessam o ensino pela descrição e análise, sem oferecer a eles mesmos a oportunidade de criar novos e outros conceitos de jornalismo. Optam pelos discursos da grande reportagem e de um possível jornalismo chamado de novo, ou mesmo de outras configurações, que mascaram o imaginário do aluno brasileiro por meio da também cópia de um monopólio do padrão norte-americano de contar histórias de vida.

Em muitas escolas brasileiras, o padrão formatado pelos chamados manuais de estilo compõe a base de disciplinas consideradas técnicas nos cursos de graduação em comunicação social, com habilitação em jornalismo. O debate em torno do conteúdo fica em segundo plano, já que o ensino está engessado pelo chamado sucesso do modelo instituído pelos grandes jornais. Sendo assim, o domínio desse padrão tornou-se perigoso para a democracia, por determinar princípios que mantêm o discurso por uma única via, sem possibilidade de constituir espaços de debate entre os diferentes.

Em contramão, existe outra corrente que mantém uma vigília permanente diante da atuação da grande imprensa e sua influência no ensino do jornalismo. A crítica permanece constante, principalmente, diante do monopólio nas concessões e licitações

de rádio e televisão e também dos privilégios de alguns jornais diante da isenção fiscal, dos editais, do acesso ao círculo do poder, entre outras vantagens. Este grupo é essencial neste combate, mas parcial na oportunidade de propor e discutir novos conteúdos, já que o predomínio é pelo debate sobre a agenda dos grandes meios. Exercem a influência na reflexão, contribuindo para a formação do jornalista, mas, assim como os defensores do modelo predominante, continuam inertes e estagnados para com a multiplicação da pauta, das linhas editoriais e, em especial, da oportunidade do exercício de outro modo de conduzir o jornalismo.

A via alternativa é uma proposta que respeita o princípio vigente que forma uma massa de *profissionais* para a imprensa hegemônica, assim como considera fundamental a atividade dos críticos que mantém a vigília sobre este monopólio. Porém, esta proposta não estabelece modelos, mas visualiza um campo de atuação que possibilita ampliar a notícia pelo plural, em que os sujeitos reflitam e estabeleçam diretrizes que permitam uma possível abertura no exercício do jornalismo.

Explicar ou compreender a realidade?

O poeta Paulo Leminsky escreveu:

Em práticas de texto, a ênfase no “conteúdo” está ligada a uma certa noção de naturalidade” na expressão. A forma “natural” é a que revela o “conteúdo” de maneira mais imediata. Preocupações com a “forma” obscurecem o conteúdo.(LEMINSKY: 1982)

Mais adiante, ele afirma:

Projetado na literatura, esse discurso “impessoal”, “objetivo” e “natural” é investido de “normalidade”. Na raiz, a palavra “normalidade” indigita sua origem de classe. “Normal” vem de “norma”. Norma é lei: poder. O discurso jorno/naturalista é o discurso do Poder. (IDEM)

A redução do jornalismo a uma modalidade técnica de redação específica, sob a argumentação de que ela permite atingir o objetivo maior do jornalismo, que é entender os fatos objetivamente, é a raiz desta crítica de Leminky. De fato, os jornalistas se debatem entre uma busca infrutífera pelo objetivismo total ou pelo seu contrário, o total subjetivismo que se toca com uma perspectiva relativista total e irracionalista e, finalmente, desta chega-se ao descompromisso social.

Uma das respostas a este dilema é dada por Karam ao propor que o objetivismo está centrado no método de apuração:

A objetividade do relato é o resultado que revela um conjunto de ações, comportamentos e opiniões de sujeitos que, subjetivamente, tornam-se objetivos em determinadas situações, sínteses da complexidade, produtoras de eventos, acontecimentos e assim por diante. (KARAM: 2004, 39)

Para sustentar sua visão, Karam cita Daniel Cornu, que afirma que o rigor metodológico é o caminho para que a objetividade não seja afastada, do ponto de vista ético, meramente por uma consideração valorativa vaga de “honestidade”, mas que seja alicerçada nos princípios deontológicos clássicos da profissão. Aqui se alinham valores como a exatidão, a descrição correta dos fatos, informações com origem conhecida, retificação de erros, confirmação de dados, inclusão de informações essenciais, fidelidade a textos e documentos. (idem, p. 41).

Entretanto, a apreensão destes elementos em uma realidade que se torna cada vez mais complexa exige uma competência muito além do domínio das ferramentas metodológicas e dos cuidados deontológicos na apuração. Exige fundamentalmente a capacidade de perceber elementos informativos para além do que é dado institucionalmente.

A crítica de Leminsky reside no fato de que basta a apreensão objetiva de dados perceptíveis empiricamente para que se construa um relato objetivo.

No discurso jorno / naturalista, o poder afirma, sob as espécies da linguagem verbal, a estabilidade do mundo, DE UM CERTO MUNDO, suas relações e hierarquias. O discurso, esse, em sua aparente neutralidade, é ideológico, embora invisível (ou por isso mesmo): é ideologia pura. Sua estabilidade é catártica: nos consola e engana com a imagem de uma estabilidade do mundo. De UMA CERTA ESTABILIDADE. Uma estabilidade relativa à visão do mundo de uma dada classe social muito bem localizada no tempo e no espaço. (LEMINSKY: 1982)

A percepção de outras dimensões da realidade dá-se pela capacidade de criar uma observação multiperspectívica proposta por Nietzsche (1978) como maneira de interpretar os fenômenos de uma forma mais ampla. Ou ainda, como Marx (1988) afirma no seu *Método da Economia da Política*, o “concreto é concreto porque é a síntese de **múltiplas determinações**” (*grifos nossos*).

A formação de um olhar plural e multiperspectívico vai além dos cânones metódicos dos compêndios de ética jornalística ou dos manuais técnicos de redação das redações das grandes empresas jornalísticas. Depende, fundamentalmente, da formação, de uma “cabeça bem feita”:

Como dizia magnificamente Durkheim, o objetivo da educação não é o de transmitir conhecimentos sempre mais numerosos ao aluno, mas o de criar nele um estado interior e profundo, uma espécie de polaridade de espírito que o oriente em um sentido definido, não apenas durante a infância, mas por toda a vida. É, justamente, mostrar que ensinar a viver necessita não só dos conhecimentos, mas também da transformação, em seu próprio ser mental, do conhecimento adquirido em sapiência e da incorporação desta sapiência para toda a vida. (MORIN: 2000, 47)

O contato com a realidade fenomênica objetivando compreender as suas múltiplas singularidades é o eixo central da formação deste profissional. Assim, as práticas laboratoriais não são espaços de aplicação de técnicas consagradas e apreendidas em outros momentos, uma mera reprodução experimental – ainda em uma perspectiva naturalista e positivista – mas espaços de construção de conhecimentos. O enfrentamento de cada situação nas suas singularidades e a problematização / reflexão de esquemas teóricos é o ponto de partida para a construção de um conhecimento que não se cristaliza em regras, mas desafia a mente a um exercício de reflexão permanente e à constituição de um olhar multi-perspectívico.

Leminsky convoca-nos para a defesa de um discurso realista e não naturalista:

Invoca-se em vão o nome do realismo, que se procura confundir com o naturalismo. Realismo, quer dizer, discurso carregado de referencialidade, não é sinônimo de naturalismo. Ao contrário. O discurso realista não camufla a perspectiva. Realistas (e não naturalistas) são textos como o “Ulysses” de James Joyce. Ou as “Memórias sentimentais de João Miramar”, de Oswald de Andrade. (LEMINSKY: 1982)

Caminhos são consolidados pelo conteúdo e pela forma

Caminhos próximos ao saber ampliam e enriquecem a mensagem, resgatando o campo das comunicações e das artes. Elementos se entrelaçam pela proximidade entre forma e conteúdo, como um movimento que converge o tradicional e o contemporâneo.

Assim, o jornalismo aproxima o rádio da música, a televisão do cinema, os impressos da literatura, a fotografia da pintura e a Internet da biblioteca.

O radiojornalismo como música. O elemento é a reportagem que transcende a simples leitura de informações, como observados nos noticiários das principais emissoras do país, infelizmente dominadas pelas comerciais. O ambiente passa pelo princípio dos elementos captados e transmitidos no local. O repórter torna-se a extensão do ouvinte, ao permitir a audição pelo relato, ou seja, reconstitui-se o cenário para quem está distante.

O telejornalismo como cinema. As cenas flagradas, recuperadas e reconstituídas. O roteiro é o momento, o fato. O limite da câmara possibilita a seleção do que é possível e permitido na transmissão. O audiovisual dirigido pela história da vida. A mensagem conduzida como documentário, a produção pelo repórter. A busca é pela notícia diferenciada da ficção, do estranho mundo da televisão brasileira dominada por um conteúdo estagnado, falseado pela forma de uma única rede que domina o país desde o regime militar (1964-1985).

O jornalismo impresso como literatura. Palavras não faltam para reconduzir, equilibrar e valorizar o texto de um jornal ou revista. Literário, investigativo, interpretativo fomentam o dicionário que cria categorias para a reportagem. O jornalista na rua transformando acontecimentos em palavras. Tradição daquele que informa por que escreve bem. O universo dos noticiários padronizados que buscam novas idéias que os diferenciem. A reconstrução gráfica do gênero maior. O leitor busca a grande reportagem, porque tem sede de texto. O jornal impresso perde o sentido quando tenta copiar a Internet e suas notícias sem profundidade. Hábito e tradição dos repórteres, das letras.

O fotojornalismo como pintura. Reagrupar elementos que transcendem a visão. A função do fixo que permanece em movimento. A cena que fala como palavras. A comprovação do fato pela sensibilidade. A cultura do olhar do repórter que busca o detalhe. Momento de magia que, como a pintura, recupera a notícia pelo impacto. Que imagem!

O jornalismo online (a Internet) como biblioteca. Fundamentos que integram o tradicional e o novo pela perspectiva da comunicação e da cultura. Elementos que fortalecem e entrelaçam o áudio, o vídeo, a fotografia e o texto, disponibilizando conteúdos intermináveis além do fato. A possibilidade de recursos em mutimídia, buscando fugir do modelo tradicional.

A possibilidade de intercalar os recursos, incluindo os artísticos, ocorre para facilitar a interpretação de alguns pontos, ou seja, para preencher determinadas lacunas deixadas na matéria. A semelhança leva à integração, como no caso da música pelo rádio, mas a reprodução dos modelos da indústria fonográfica, cinematográfica, literária e multimídia reforça o mesmo erro do plágio já contestado da indústria do jornalismo. Neste caso, a criatividade é derrubada pela convergência sem vergonha, pela simples reprodução. Utilizar um recurso sem contexto, como uma música, a cena de um filme, uma foto ou pintura famosa é reutilizar o pronto, que fica apenas como ilustração.

O mesmo acontece quando as matérias que envolvem a simples edição por declarações (como as citações, as aspas, as sonoras...). O produtor simplesmente as recolhe, edita e organiza como uma colcha de retalhos. Cola e costura, sem nenhum texto. São modelos famosos nas mãos de cineastas, mas ineficazes no jornalismo, por destruir a construção textual pelo repórter.

Defender o texto é um fator determinante para a formação do jornalista, principalmente agora em tempos exagerados de edição.

A importância da prática laboratorial

O projeto pedagógico de um curso de jornalismo é conduzido, em parte, pelas ferramentas que conduzem ao processo de comunicação, desde a simples conversa ao uso eletrônico de meios possíveis de interação. Assim, o professor aproxima o aluno das plataformas em uso. Após o contato, cabe diretamente ao discente conduzir o processo, por meio do experimentalismo.

Nas disciplinas laboratoriais de jornalismo, a escolha da linha editorial releva a possibilidade da realização de veículos alternativos, sem cópia da agenda e do modelo dos grandes meios. Um jornal-laboratório em que o professor determina a pauta leva à reprodução do pensamento do docente sobre o processo jornalístico. O aluno torna-se objeto, como mero técnico que *faz* periódicos.

A transformação ocorre quando o docente media o debate em cima do conteúdo proposto. Então é possível um jornalismo criativo, sem plágios e reproduções. Ambos (professor e aluno) estão integrados ao processo.

A difícil tarefa de conduzir o discente à autonomia passa por quebrar os estereótipos em cima do que é notícia. A cópia do modelo impregna a produção dos veículos-laboratório dos cursos de jornalismo e, muitas vezes, o aluno fica avesso ou

com receita de mudanças. Quer fazer o mesmo, copiar a receita de bolo e entregar logo o trabalho para o professor, como fez no ensino médio. Peca por não ousar. Termina a faculdade sem, pelo menos, modificar a atual estrutura. Torna-se um jornalista *chão de fábrica*, que faz apenas o básico para se manter empregado.

A nova ordem é possibilitar uma adesão ao pensamento de que o jornalismo não possui modelo, mas estilos. O jornalista como repórter, sendo escritor, mediador, facilitador, condutor, locutor ou apresentador. O comunicador que rejeita a mensagem pronta enviada pelas agências de notícias. O repórter que coleta, apura, seleciona, produz e divulga a notícia, sem medo de assumir as responsabilidades.

A missão é transformar o jornalismo no espaço para a participação, a integração e a convivência. Conversar com as pessoas e denunciar as situações de injustiças que difamam a imagem popular. Investigar – sem a prática nefasta do jornalismo denunciativo – as práticas ilícitas e corruptas daqueles que se utilizam do setor público em benefício próprio, prejudicando a vida de milhões de pessoas, que necessitariam do mínimo para viver. O jornalista é aquele que não cansa de dizer que educação, cultura, saúde e segurança são direitos do cidadão. Dizeres clichês comuns na mídia, mas que não transparecem quando se observa as agendas jornalísticas, até mesmo em períodos eleitorais.

O distanciamento do jornalismo do mundo real isolou o jornalista no mundinho das celebridades, no Brasil, representados pelas estrelas das novelas, pelos astros do futebol e pelos coronéis da política. Um é melhor que o outro. Os interesses comerciais das empresas midiáticas justificam esta situação considerando que esses assuntos são importantes porque distraem o público. Alguns professores ensinam até na faculdade que jornalista também é uma celebridade. Comunicador social confundido com *papagaio de pirata*, que deseja ser capa da revista de moda do mês ou mesmo mediar programa de entretenimento.

Chega de superficialidade porque jornalismo é coisa séria. É inadmissível formar “noticiaristas” em vez de repórteres. Enquanto o primeiro conduz a matéria do gabinete, o outro percorre o local, entrevista as pessoas e garimpa o fato por meio da pesquisa.

Desde as disciplinas introdutórias como *Introdução ao Jornalismo* até o encerramento por meio do *Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)*, a condição básica é o ensino das teorias, éticas e técnicas da reportagem. A formação depende assim do conjunto de disciplinas que, interligadas, condicionam a estrutura para montagem de

jornais. Mais do que saber o que fazer, a pergunta que deve perpassar a formação do jornalista é o “porquê”.

Formar repórteres, formar para o diálogo

As diversas funções, como a redação e a edição, completam o conjunto de atividades exercidas pelo jornalista. Desta forma, as tarefas das disciplinas no curso de graduação, desde as consideradas básicas, como as de *Teorias da Comunicação*, quanto as práticas, associadas aos jornais-laboratório, têm a reportagem como princípio e finalidade.

Da formação de repórteres depende a construção da notícia, sendo parâmetro fundamental nos projetos pedagógicos do curso de jornalismo. Porém, o alcance depende de uma outra postura de ensino, baseada na abertura e no respeito pelas pessoas, sem o atual sensacionalismo, baseado no *policialesco*, na destruição da vida, ou seja, na exaltação da morte. Um jornalismo que valorize as iniciativas e observe a realidade do cidadão comum, aquele que acorda, trabalha, estuda e busca o essencial para levar uma vida simples, da melhor maneira possível e sem prejudicar o outro.

A construção de um país mais justo é a pauta central desta discussão, mas somente com jornalistas responsáveis seria possível uma cobertura global. Por isso, a lição destas palavras é a valorização do repórter como elemento capaz de modificar o mundo por meio de jornais.

A formação do jornalista é aquela que capacita o futuro profissional a perceber as múltiplas dimensões dos fenômenos singulares, a ampliar as perspectivas de olhar sobre as dimensões complexas dos fatos cotidianos e saber traduzir isto dentro dos fundamentos da linguagem específicos do jornalismo, seja em qualquer suporte. É ser realista e não naturalista. É desconfiar de qualquer cânone que se define como único caminho para decifrar a realidade.

Como a singularidade dos fenômenos é muito mais complexa que qualquer código teórico que se apresente como regra, o aprendizado passa necessariamente pela articulação de três dimensões da educação: ensino, pesquisa e extensão. Entendem-se todas elas como dimensões de construção do conhecimento dentro de certas especificidades – ao transmitir a informação, pelo contato e sistematização do conhecimento já produzido e pela confrontação com a dinâmica da realidade.

É desta forma que a prática jornalística se articula com uma dimensão crítica no sentido iconoclasta observado por Bauman. Ser repórter não é meramente relatar

acontecimentos, mas se dispor a dialogar – e convidar o público a fazer o mesmo – com todos os elementos da realidade.

Bibliografia

BAUMAN, Zygmunt. **O triplo desafio**. São Paulo: Revista CULT. Edição 138. Agosto de 2009.

BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina (SP): FAI – Cátedra Unesco Metodista de Comunicação para o desenvolvimento regional/Edições Omnia, 2006.

BLÁSQUEZ, Niceto. **Ética e meios de Comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1999.

BORIN, Jair. **A notícia e as suas versões, no espaço e no tempo dos grupos de pressão**. (Tese de doutorado) São Paulo: ECA/USP, 1981.

BRONOSKY, Marcelo Engel. **Manuais de redação e jornalistas: estratégias de apropriação**. Ponta Grossa (PR): Editora UEPG, 2010.

COELHO SOBRINHO, José; FERNANDES LOPES, Dirceu; PROENÇA, José Luiz. **A edição em jornalismo impresso**. São Paulo: Edicon, 1998.

FERNANDES LOPES, Dirceu. **Jornal-laboratório - do exercício escolar ao compromisso com o público leitor**. São Paulo: Summus, 1989.

GADINI, Sérgio Luiz. **Interesses Cruzados – a produção da cultura no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Paulus, 2009.

KARAM, Francisco José. **Ética jornalística e interesse público**. S. Paulo: Summus, 2004.

LEMINSKY, Paulo. **A forma é o poder**. IN Suplemento Folhetim da FSP, 04/07/1982.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. S. Paulo: Hacker, 1999.

MORAES JÚNIOR, Enio. **A formação cidadã do jornalista no Brasil: um estudo de caso da formação do jornalista na USP**. (Dissertação de mestrado). São Paulo: ECA-USP, 2006.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Porto: Escorpião, 1988.

MORIN, Edgar. **Cabeça bem feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PARK, Robert E. **A notícia como forma de conhecimento**. IN Meios de Comunicação de Massa. Organização de Charles S. Nanteinberg. São Paulo: Cultrix, 1966, pp. 169-185.

RAMADAN, Nancy Nuyen Ali. **Jornalismo na Era Digital: construindo uma filosofia de ensino**. (Tese de doutorado). São Paulo: ECA-USP, 2000.